

CARTA BRASIL-CHINA

EDIÇÃO 24 . DEZEMBRO, 2019 | Organização: Tulio Cariello

CONSELHO
EMPRESARIAL
BRASIL-CHINA
中国-巴西企业家委员会



RELAÇÃO BRASIL-CHINA SINALIZA VOLTA DO PRAGMATISMO

André Soares e Tulio Cariello



A INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA: OPORTUNIDADES PARA O BRASIL

Sérgio de Quadros

Os desafios do Brasil e da China

Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves

Banco Asiático de Infraestrutura em Investimento: nova fonte de financiamento em infraestrutura

Talita de Mello Pinotti

Update comercial (janeiro-novembro de 2019)

Tulio Cariello e Juliana Nadalutti

Patrocínio:

 **bradesco**

CARTA BRASIL-CHINA

é uma publicação do Conselho Empresarial Brasil-China, que reúne reflexões acerca dos principais tópicos da agenda sino-brasileira, por meio de entrevistas, artigos e análises, cedidas por renomados estudiosos da área, empresários e membros dos governos brasileiro e chinês com experiência prática nas relações bilaterais.



cebc@cebc.org.br
+55 21 3212-4350
www.cebc.org.br

SOBRE O CEBC:

Fundado em 2004, o Conselho Empresarial Brasil-China é uma instituição bilateral sem fins lucrativos formada por duas seções independentes, uma no Brasil e outra na China, e dedicada à promoção do diálogo entre empresas nos dois países.

O CEBC concentra sua atuação nos temas estruturais do relacionamento bilateral sino-brasileiro, com o objetivo de aperfeiçoar o ambiente de comércio e investimento entre os países.

O CEBC foi, em 2015, reconhecido oficialmente, no Plano de Ação Conjunta assinado entre o Brasil e a China, como o principal interlocutor dos governos na promoção das relações empresariais entre os dois países. Em 2019, no âmbito da Quinta Reunião Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (COSBAN), presidida pelos vice-presidentes do Brasil e da China, as partes reconheceram novamente o papel relevante desempenhado pelo Conselho como canal de comunicação com a comunidade empresarial.

PATROCINADOR OFICIAL
DESTA PUBLICAÇÃO:



O Banco Bradesco apresenta produtos e serviços para diferentes perfis de clientes e também atua com a proposta de suprir as demandas de empresas interessadas em estabelecer e estreitar relações comerciais nos mercados brasileiro e chinês. Para isso, o segmento Corporate mantém uma gestão de relacionamento centralizada, oferecendo soluções estruturadas – Tailor Made e de Mercado de Capitais – e gerentes especializados em visões de risco, mercado e setores econômicos. Os atendimentos são exclusivos para que as empresas recebam soluções customizadas de acordo com os negócios realizados. Ao mesmo tempo, as Agências e Subsidiárias no Exterior (Nova York, Londres, Grand Cayman, Luxemburgo, Hong Kong, Buenos Aires e México) têm como objetivo a obtenção de recursos no mercado internacional para repasses a clientes, principalmente por meio de financiamento a operações de comércio exterior brasileiro. Para mais informações acesse o site **bradesco.com.br**

PRESIDENTE

Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves

PRESIDENTE EMÉRITO

Embaixador Sergio Amaral

VICE-PRESIDENTES

José Leandro Borges

Diretor do Bradesco

Marcio Senne de Moraes

Diretor de Relações Externas da Vale

Bruno Ferla

Vice-Presidente Institucional, Jurídico e de Compliance da BRF

DIRETORES

André Clark

Presidente e CEO da Siemens no Brasil

Luiz Felipe Trevisan

Diretor Corporate & Investment Banking do Itaú BBA

Nelson Salgado

Vice-Presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Embraer

Pedro Aguiar de Freitas

Sócio do Veirano Advogados

Reinaldo Ma

Sócio da TozziniFreire Advogados

Roberto Amadeu Milani

Vice-Presidente da Comexport

DIRETORA DE ECONOMIA

Fabiana D'Atri

Economista Coordenadora do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco

COMITÊ CONSULTIVO

Embaixador Marcos Caramuru de Paiva

Embaixador Paulo Estivallet

Embaixador Sergio Amaral

Ivan Ramalho

Luiz Fernando Furlan

Marcos Jank

Octávio de Barros

Renato Baumann

Tatiana Rosito

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretário Executivo

Roberto Fendt

roberto.fendt@cebc.org.br

Coordenador de Análise e Pesquisa

Tulio Cariello

tulio.cariello@cebc.org.br

Analista de Eventos

Denise Dewing

denise.dewing@cebc.org.br

Administração

Jordana Gonçalves

jordana.goncalves@cebc.org.br

Estagiária

Juliana Nadalutti

juliana.nadalutti@cebc.org.br

Projeto Gráfico

Presto Design

ASSOCIADOS 99 Tecnologia • Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) • Alubar • Assistencial Consulting • Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria (AGROBIO) • Bahia Mineração • Banco BOCOM BBM • Banco Bradesco • Banco Itaú BBA • Banco Modal • Bank of Montreal (BMO) • BRF • CHUBB • Comexport • CPFL Energia • Embraer • Fundação Dom Cabral (FDC) • GonPetro • Indústria Brasileira de Árvores (IBA) • Instituto Inclusartiz • Norton Rose Fulbright • NUCLEP • Reynolds Ventures • Siemens • Souto Correa Advogados • Suzano • TozziniFreire Advogados • Vale • Veirano Advogados

Os desafios do Brasil e da China

A última década marcou uma expressiva virada na relação econômica Brasil-China. As interações entre os dois países, que antes do início deste século estavam limitadas a um fluxo de comércio que não chegava a dois bilhões de dólares, experimentou acelerado crescimento e hoje já alcança a barreira dos 100 bilhões de dólares. Nessa esteira, novos fatores elevaram o nível da relação bilateral, como a entrada de volumosos investimentos chineses no Brasil.

O modelo de crescimento chinês e suas evoluções recentes abriram grande janela de oportunidades para o Brasil, explicitando a forte complementaridade entre as duas economias.

Fatores domésticos chineses, como a opulenta demanda por produtos minerais e energéticos, itens essenciais para investimentos em infraestrutura e urbanização, que por décadas estiveram entre os principais motores

do crescimento chinês, posicionaram o Brasil como um parceiro estratégico do gigante asiático.

Atualmente, a gradual ascensão da classe média chinesa e a mudança de foco do crescimento do PIB chinês, que passa a priorizar o consumo doméstico, iniciou um ciclo em que o Brasil se tornou um de seus principais fornecedores de produtos agrícolas – marcadamente soja, carnes e celulose. Da mesma forma, do lado brasileiro, a grande competitividade dos produtos chineses fez com que seus manufaturados – incluindo insumos para a indústria nacional – propiciassem crescente fluxo de importações oriundas do país asiático.

A corrente de comércio entre os dois países, que em 2008 era de 36,5 bilhões de dólares, bateu recorde histórico em 2018, com montante, como já citado, de cerca de 100 bilhões de dólares. Nesse período, a participação da China no comércio exterior brasileiro evoluiu de uma parcela de 10% para 23%, sendo que, desde então, o Brasil mantém sucessivos superávits comerciais com a China, nosso principal parceiro comercial desde 2009.

Os investimentos chineses no Brasil têm trajetória igualmente notável. De acordo com dados do Conselho Empresarial Brasil-China, esses investimentos, praticamente inexistentes até os primeiros anos da década de 2000, tiveram entrada significativa no País, sobretudo a partir de 2010, ano que marca a descoberta do Brasil pela China como um potencial destino para seus investimentos externos.

Hoje, o estoque de investimentos chineses no país atin-

ge patamares superiores a 60 bilhões de dólares, com aportes significativos em áreas essenciais, como geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás, indústrias diversas, serviços bancários, dentre outras. Segundo o Ministério da Economia, até o fim da década passada, os valores mais significativos de investimentos estrangeiros no Brasil vinham dos Estados Unidos. No período compreendido entre 2010 e 2017, EUA e China se alternaram na posição de maior investidor, considerando também investimentos de Japão, França e Itália.

Além da evidente evolução nas relações econômicas bilaterais, há razões para crer em um horizonte ainda mais promissor em setores de maior valor agregado e mais intensivos em tecnologia. Mas é necessário que façamos a nossa “lição de casa”. De imediato e de forma pontual, o Brasil vem ampliando suas vantagens comerciais com a China, tendo em vista os efeitos do contencioso comercial entre Washington e Pequim e a peste suína africana. Apesar disso, o que realmente beneficiará a relação bilateral será o chamado “olhar de longo prazo”, ou seja, a adoção de uma agenda estratégica que contemple as necessidades estruturais dos dois países.



Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves

Presidente do Conselho
Empresarial Brasil-China

Relação Brasil-China sinaliza volta do pragmatismo

Por André Soares* e Tulio Cariello**

Muito se discute sobre a relevância atual da cúpula do BRICS. De fato, o grupo criado por países emergentes, que despontavam como novos motores do crescimento econômico mundial após a crise de 2008, não tem apresentado o mesmo nível de protagonismo nas relações internacionais como buscara fazer outrora. Ainda assim, a ocasião da cúpula continua sendo uma oportunidade valiosa para encontros bilaterais às margens da reunião dos cinco líderes. Para as relações sino-brasileiras, o principal resultado da última cúpula do BRICS, somado aos recentes encontros bilaterais em âmbito de Estado, foi a confirmação de que o Brasil virou a página do desconforto causado nas relações com a China.

Não é segredo para ninguém que a estratégia da política externa do governo Bolsonaro está vinculada a uma reaproximação e alinhamento com os Estados Unidos. O então presidenciável Bolsonaro optou por adotar uma estratégia de campanha na área internacional que buscou, em grande parte, replicar a retórica da política externa do governo Trump. Dois grandes acontecimentos no período da campanha eleitoral, bem como antes

do mesmo, causaram certo mal-estar aos chineses. O primeiro foi a viagem do então deputado federal Bolsonaro à Taiwan, no início de 2018, que resultou em uma nota de repúdio assinada pela Embaixada da China no Brasil. O segundo foi a conhecida frase proferida diversas vezes pelo militar reformado de que a China estaria “comprando o Brasil, e não do Brasil”.

A resposta da China não passou de poucas advertências a essa retórica. Isso se justifica por dois motivos. Primeiro, a China não costuma adotar medidas práticas de retaliação de curto prazo. O governo chinês mantém determinado nível de paciência para esperar o desenrolar dos fatos antes de agir com medidas que poderiam ter impacto nos fluxos de comércio entre os países. Tanto fica claro que, em 2018, houve recorde na relação comercial entre Brasil e China, que chegou a um fluxo de quase 100 bilhões de dólares.

Segundo, o período de campanha no Brasil coincidiu justamente com o primeiro ano da guerra comercial entre China e Estados Unidos. A disputa entre as duas maiores economias do mundo teve início em março de 2018, quando os EUA impuseram tarifas contra o aço e máquinas de lavar chinesas. Já no segundo semestre de 2018, a relação comercial entre os países havia sido virada ao



Para as relações sino-brasileiras, o principal resultado da última cúpula do BRICS, somado aos recentes encontros bilaterais em âmbito de Estado, foi a confirmação de que o Brasil virou a página do desconforto causado nas relações com a China.”

* André Soares é Senior Non-Resident Fellow do Atlantic Council.

** Tulio Cariello é Coordenador de Análise e Pesquisa do CEBC.

avesso, com a China impondo elevadas tarifas a uma vasta cesta de produtos agrícolas americanos.

Dessa forma, esse contexto externo também inibiu a possibilidade de retaliação comercial da China ao Brasil. EUA e Brasil são os principais fornecedores de soja para a China, com participação média de 80% no mercado importador. Pequim não poderia correr o risco de reduzir seu abastecimento de grãos ao impor medidas, de maneira concomitante, aos seus principais fornecedores. Esse cenário acabou favorecendo largamente os exportadores de soja brasileiros, bem como de outros produtos, como algodão e carnes, que também entraram no jogo de sobretaxas mútuas.

Por outro lado, considerando os investimentos, o que se viu, de acordo com dados do CEBC, foi uma redução no valor total dos aportes chineses no Brasil em 2018. No entanto, isso pode ser justificado por um ano eleitoral particularmente conturbado que gerou uma série de incertezas aos investidores externos, não apenas chineses. Nesse sentido, era natural esperar que alguns investidores optassem por deixar passar o calor das eleições para depois definir de maneira concreta quais projetos seguiriam em frente. Havia expectativa de que, após as votações, houvesse maior clareza sobre modificações esperadas no marco regulatório para investimentos estrangeiros no país. No caso chinês, entretanto, cabe ressaltar que 2018 foi o ano com o maior número de projetos na série histórica (42, se contados anunciados e confirmados), o que indica que a atratividade de investimentos chineses no Brasil está mais ligada a uma lógica de mercado do que necessariamente política.

Empossado como presidente, Bolsonaro seguiu a promessa de campanha e investiu na relação com os EUA. O primeiro semestre do governo Bolsonaro foi composto por uma série de medidas na área externa que buscaram

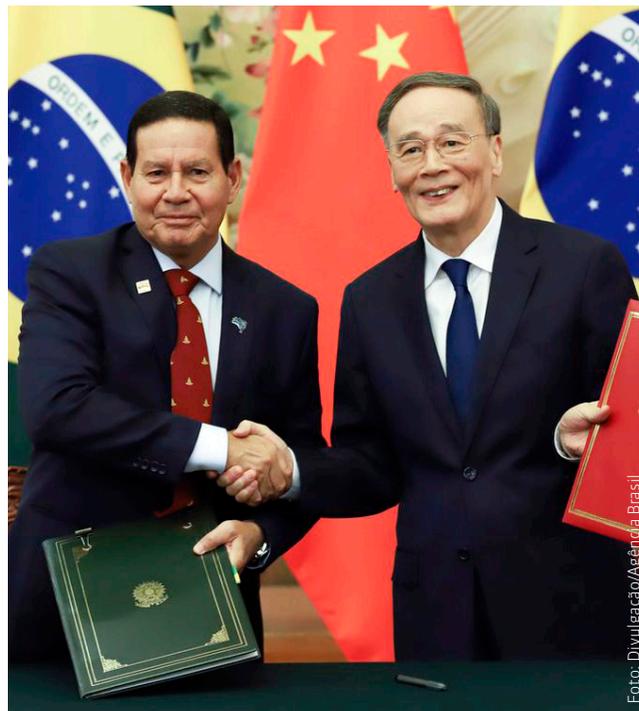


Foto: Divulgação/Agência Brasil

“Coube ao vice-presidente Hamilton Mourão iniciar o processo de normalização das relações com a China. O que foi feito através do restabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (COSBAN) [...] foi celebrado pela comunidade empresarial e pelo lado chinês.”

essa reaproximação com os americanos. Acordos históricos foram firmados e concessões foram feitas em organismos multilaterais - ainda que com resultado prático menor do que o esperado, como a frustrada expectativa de que Washington apoiaria a entrada do Brasil na OCDE. Nesse contexto de desencontros de discurso com os EUA, cabe notar que a postura em relação a China também mudou desde o início do governo. Houve uma clara reversão de tendência e a retórica contrária a China presente na campanha praticamente desapareceu das falas do presidente.

Coube ao vice-presidente Hamilton Mourão iniciar o processo de normalização das relações com a China. O que foi feito através do restabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (COSBAN) - da retomada de negociações para abertura de mercados agrícolas à visita do vice-presidente à China - foi celebrado pela comunidade empresarial e pelo lado chinês. Mourão foi além do esperado e também anunciou que o país não fecharia as portas para a Huawei em eventuais tratativas futuras sobre parcerias para implantação da tecnologia 5G no Brasil. Nesse período, o ministro da economia, Paulo Guedes, também deixou claro para investidores americanos que o Brasil não imporá barreiras a investimentos chineses ou ao comércio com o país asiático. É consenso entre analistas de relações internacionais que o trabalho do vice-presidente Mourão foi imprescindível para que se preparasse o terreno para a retomada do estreitamento das relações com a China.

No âmbito específico da COSBAN, a parte brasileira destacou a necessidade de se buscar um crescimento de alta qualidade no comércio bilateral, tendo reconhecido a alta concentração de produtos primários em nossa pauta exportadora. Nesse sentido, foi levantado o compromisso de se criar condições para a diversificação e o aumento do valor agregado dos produtos brasileiros vendidos à China.

O tema dos investimentos chineses no Brasil também foi abordado, com indicações de que poderiam ser feitos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Em termos setoriais, foi dada atenção especial às áreas de energia e mineração, infraestrutura e logística, agricultura, finanças, serviços, inovação científica e tecnológica e tecnologia da informação.

O setor agropecuário teve destaque nesse debate, com citações referentes à garantia de segurança no comércio de alimentos. Esse ponto específico pode abrir oportunidades para o Brasil, dado o contexto atual em que a China passa por uma grave crise no setor de proteína animal, efeito da peste suína africana que ainda deverá dizimar milhões de porcos na China e na Ásia.

Nessa esteira, em viagens à China ao longo de 2019, a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, também conquistou resultados importantes, como a habilitação de novos frigoríficos brasileiros autorizados a exportar proteína animal ao país asiático. Somado a isso, possibilitou que produtores nacionais pudessem efetivamente passar a vender lácteos para o mercado chinês – os maiores importadores mundiais nesse setor.

Esses movimentos do primeiro escalão do governo Bolsonaro deram o tom do que seria a saída política para a relação do presidente com os chineses. Pragmatismo foi a palavra do dia nesse contexto de reaproximação com a China. Era evidente que o Brasil não poderia deixar de comercializar com a China e nem poderia se dar ao luxo de não contar com capital chinês para o seu pacote de privatização e investimentos em infraestrutura. Dessa forma, começou-se a construir a narrativa de que a relação com a China deveria prezar pelo pragmatismo, principalmente no âmbito comercial e de investimentos.

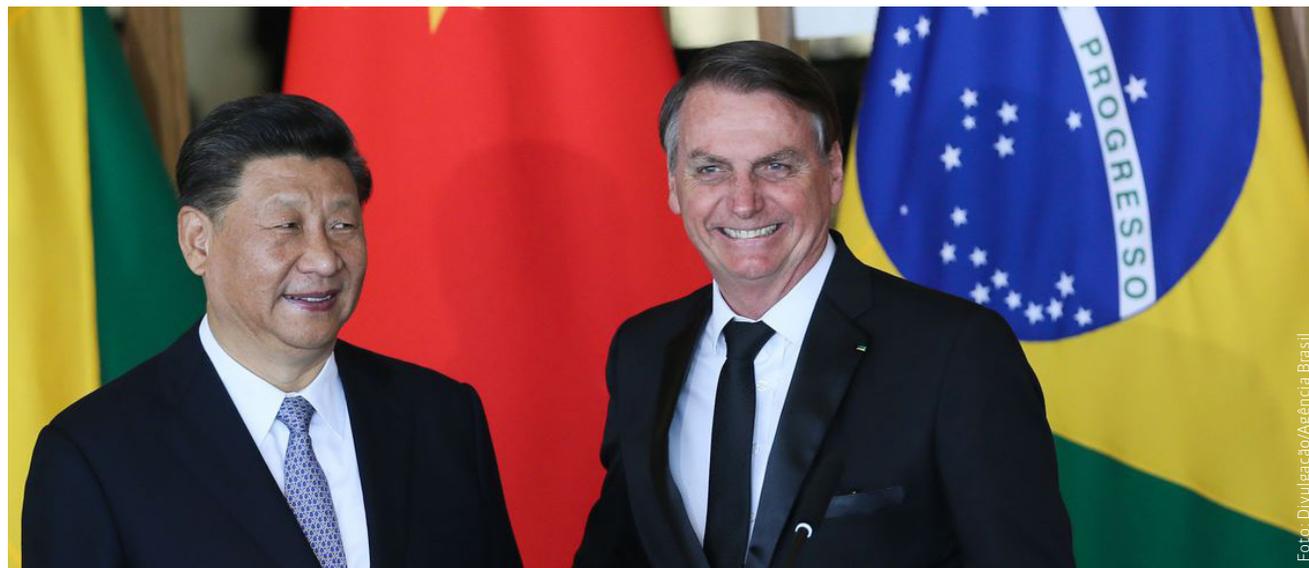


Foto: Divulgação/Agência Brasil

“Na primeira visita do presidente Bolsonaro à Pequim, ocorrida no final de outubro, se reafirmou, em caráter oficial, a disponibilidade conjunta de se aprofundar a Parceria Estratégica Global Brasil-China.”

Restava então o primeiro encontro oficial entre os líderes dos países para confirmar a normalização da relação. Nesse momento, é justo mencionar que o presidente Bolsonaro demonstrou bom senso em sua visita à Pequim. O mandatário, de forma a evitar contradições com seu discurso de campanha, agradeceu seu eleitorado quando, ao pisar em solo chinês, indicou que estava em um “país capitalista”. A frase, que apesar de não ser capaz de ilustrar a dualidade do dito “socialismo com características chinesas”, pode ainda ter enviado um sinal positivo à Pequim, que há anos busca seu reconhecimento como economia de mercado, demanda antiga da China que segue em debate na Organização Mundial

do Comércio (OMC). Além disso, Bolsonaro desfez seu mal-estar em relação a visita à Taiwan, tendo reforçado a posição do Brasil de reconhecer uma única China.

Ou seja, os resultados do primeiro encontro bilateral entre os presidentes Bolsonaro e Xi Jinping apontaram para a retomada de uma disposição mútua em se manter uma relação madura entre os dois países. Na primeira visita do presidente Bolsonaro à Pequim, ocorrida no final de outubro, se reafirmou, em caráter oficial, a disponibilidade conjunta de se aprofundar a Parceria Estratégica Global Brasil-China. Mais do que isso, entre atos assinados e anunciados, foram destaque durante a visita 11 acordos

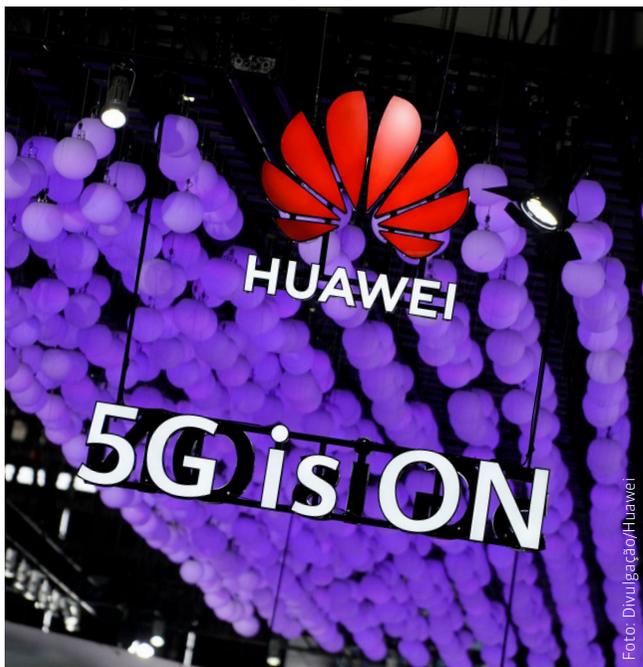


Foto: Divulgação/Huawei

“Apesar dessa normalização ter sido atingida ao final do ano na cúpula do BRICS e nos encontros bilaterais de alto nível, o pragmatismo brasileiro ainda será testado mais a frente na relação com a China. A prova de fogo virá no ano que vem, com o leilão do 5G e a participação da Huawei.”

bilaterais nas áreas de política, economia e comércio, agricultura, energia, ciência e tecnologia e educação.

Mais tarde, a atenção dos observadores das relações bilaterais estaria voltada para a cúpula do BRICS, realizada em Brasília, em novembro. Em mais de um ano, as grandes interrogações sobre a relação do Brasil com a China puderam ser retiradas da mesa. A vinda de Xi Jinping ao Brasil contou com todas as características do nível de relação que o Brasil possuía com a China nos últimos anos.

Primeiro, a visita de Estado foi antecedida da participação de empresas chinesas em projetos de grande relevância para o governo brasileiro, como por meio da parceria da CNOOC e CNODC Petroleum com a Petrobras no leilão do pré-sal. Além disso, contou com anúncios de financiamentos de grande monta. Os chineses indicaram que colocariam a disposição do Brasil um conjunto de mecanismos de crédito que totalizaria US\$ 100 bilhões, incluindo participação de bancos estatais e fundos chineses.

Além disso, em cerimônia bilateral realizada no Itamaraty, as margens das reuniões do BRICS, os governos do Brasil e da China firmaram outros nove acordos. Essa nova rodada incluiu memorandos de entendimento e de cooperação nas áreas de intercâmbio cultural, investimentos, serviços, medicina tradicional chinesa e no setor de transportes. A esses memorandos se somaram protocolos sanitários para comércio de melão e peras, um tratado na área jurídica sobre transferência de pessoas condenadas, bem como um Plano de Ação na área da agricultura para o período de 2019-2023.

Em conclusão, o último ano das relações entre o Brasil e a China foi marcado por um esforço de normalização das relações bilaterais. Apesar da retórica de campanha do atual presidente brasileiro ter causado desconforto na relação, não foi suficiente para alterar os padrões

comerciais e de investimento entre os países. Pelo contrário, no contexto atual da disputa comercial sino-americana, a China depende, cada vez mais, de uma relação estável com um parceiro estratégico como o Brasil. Apesar dessa normalização ter sido atingida ao final do ano na cúpula do BRICS e nos encontros bilaterais de alto nível, o pragmatismo brasileiro ainda será testado mais a frente na relação com a China. A prova de fogo virá no ano que vem, com o leilão do 5G e a participação da Huawei. Uma eventual adesão oficial do Brasil ao ambicioso projeto chinês da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*) também deve acalorar o debate sobre as relações bilaterais no futuro. Tudo indica que o Brasil conseguirá manter o pragmatismo em sua postura com os chineses, ao mesmo tempo em que precisa seguir manejando o delicado equilíbrio da relação entre os EUA e a China. Resta agora, esperar para ver.

A Internacionalização da Moeda Chinesa - Oportunidades para o Brasil

Por Sérgio de Quadros*

Um dos fatores determinantes para a internacionalização da moeda de um país é o tamanho da sua economia. Desde a sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro de 2000, depois de cerca de 15 anos de negociação, a corrente de comércio da China com o mundo saiu de um patamar de US\$ 474,4 bilhões em 2000 para um patamar de US\$ 4,62 trilhões em 2018. Com um grande volume nas transações comerciais, a China se tornou um centro de importância industrial. Seu Produto Interno Bruto cresceu de US\$ 1,3 trilhão em 2001 para US\$ 13 trilhões em 2018, levando o país a posição de segunda maior economia global.

Em relação ao Brasil, a China é, atualmente, seu maior parceiro comercial. O volume da corrente de comércio parte de um montante de US\$ 36,5 bilhões em 2008 para US\$ 98,94 bilhões em 2018. Em termos de participação, a China representa 26,8% das exportações brasileiras e 19,2% das suas importações.

Entretanto, observando o quadro a seguir, considerando as origens e destinos das exportações e importações chinesas, percebe-se que a região onde se concentra o maior volume dessas transações é a Ásia. Cerca de 47,8% das exportações são destinadas ao continente, e 56% das importações chinesas tem origem ali.

“

Com um grande volume nas transações comerciais, a China se tornou um centro de importância industrial. Seu Produto Interno Bruto cresceu de US\$ 1,3 trilhão em 2001 para US\$ 13 trilhões em 2018, levando o país a posição de segunda maior economia global.”



*Sérgio de Quadros é Ex-Gerente Geral do Banco do Brasil no Exterior em Xangai - China, onde foi responsável pela instalação e abertura da primeira agência do Banco do Brasil naquele país. Cursando Mestrado Profissional Gestão e Negócios/2018 - Unisinos - Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Universidade de Poitiers (França) - Dupla Titulação internacional.

TABELA 1 - CHINA: ORIGEM E DESTINO POR REGIÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES EM 2018

Unit: US\$1,000					
REGIÃO	TOTAL	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	% PARTICIPAÇÃO	
				Exportação	Importação
TOTAL	4.623.038.037	2.487.400.743	2.135.637.294	-	-
Ásia	2.381.095.736	1.188.105.837	1.192.989.899	47,8	56,0
África	204.193.253	104.911.201	99.282.052	4,2	5,0
Europa	854.175.155	474.736.430	379.438.725	19,1	18,0
América Latina	307.402.781	148.790.989	158.611.792	6,0	7,0
América do Norte	697.467.482	513.757.078	183.710.404	20,7	9,0
Oceania	178.310.165	57.099.206	121.210.959	2,3	5,0
Outros	393.453	1	393.452	0,0	0,0

FONTE: GENERAL ADMINISTRATION OF CUSTOMS – 2018

No caso do Brasil, o país foi destino de 1,35% do valor total das exportações chinesas. As importações da China vindas do Brasil, por sua vez, somaram 3,63% do que foi comprado pelo país asiático em 2018. Valores muito baixos, considerando o potencial da economia chinesa.

A pujança da economia chinesa tem se constituído em um instrumento de poder político, e o país sabiamente o utiliza para impulsionar e proteger a economia, garantir o suprimento de recursos naturais, grande parte *commodities* – agrícolas, minerais e energéticas – e na aquisição de tecnologias fundamentais para seu desenvolvimento econômico.

Devido ao tamanho da sua economia e desde a crise financeira mundial em 2008, a China decidiu avançar no processo de internacionalização da sua moeda, depois de anos de hesitação. Aproveitando a situação gerada pela crise e a ameaça à hegemonia do dólar, o governo chinês se tornou otimista sobre a internacionalização do renminbi. Com o acirramento da guerra comercial com os EUA, essa estratégia se torna cada vez mais primordial e necessária para manter a hegemonia no comércio mundial.

O primeiro grande passo adotado pelo governo Chinês para o uso internacional da sua moeda foi um projeto piloto lançado em 2009, inicialmente abrangendo algumas províncias como Xangai, Guandong e Shenzhen, permitindo a utilização da moeda chinesa em transações relacionadas ao comércio com os países do bloco ASEAN (As-

sociação das Nações do Sudeste Asiático), incluindo, também, Hong Kong e Macau. Em 2010 o projeto foi estendido para empresas em mais de 20 províncias chinesas e, posteriormente, para todo o país, ao mesmo tempo em que a China fechava acordos de utilização da moeda com outras nações. Em 2018, o valor transacionado em renminbi referente ao comércio de mercadorias representava o equivalente a US\$ 544 bilhões de dólares, cerca de 11,7% do total da corrente de comércio da China. Pelo quadro demonstrado ao lado, referente às origens e destinos do comércio exterior chinês, podemos concluir que grande parte dessas operações em moeda chinesa ocorreram dentro da região asiática.

A China tem importantes laços econômicos, financeiros e políticos com outros países para além da Ásia. Através de acordos de livre comércio, *swap* de moedas e por meio da designação de bancos chineses como centros financeiros *offshore* em renminbi em acordos com bancos centrais na Europa, América do Norte, África, Oriente Médio e América Latina, a China vem desenvolvendo seus mercados financeiros, buscando maior profundidade e liquidez. Como resultado dessa decisão, alguns bancos centrais já têm incluído o renminbi em suas reservas cambiais.

De acordo com os dados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no segundo trimestre de 2019, o renminbi já atingia cerca de US\$ 217,64 bilhões de dólares em reservas cambiais mantidas pelos bancos centrais no mundo. Embora o dólar apresente uma grande hegemonia, representando cerca de 61% do total das reservas mundiais, o renminbi vem crescendo neste curto espaço de dez anos, atingindo quase 2% do percentual total alocado em reservas. Isso demonstra que algumas economias já consideram a moeda chinesa em suas reservas cambiais. Em junho de 2017, o European Central Bank (ECB) converteu cerca de € 500 milhões de euros em renminbi, adicionando esse montante em suas reservas.

“A pujança da economia chinesa tem se constituído em um instrumento de poder político, e o país sabiamente o utiliza para impulsionar e proteger a economia, garantir o suprimento de recursos naturais [...] e na aquisição de tecnologias fundamentais para seu desenvolvimento econômico.”

O uso internacional de uma moeda e sua conversibilidade são conceitos diferentes, e nenhum deles é uma condição necessária ou suficiente para o outro. O renminbi é um excelente exemplo de uma moeda que está sendo cada vez mais usada em transações internacionais, embora a China mantenha os fluxos de capital restritos. Seguindo a experiência ocorrida com o dólar, os passos lógicos para internacionalizar uma moeda seriam: a) incentivar o seu uso no faturamento e na liquidação das operações de comércio internacional; b) incentivar seu uso em transações financeiras privadas; c) encorajar seu uso pelos bancos centrais e governos como forma de manter as reservas externas.

Para um país com limites na conversibilidade da conta de capital como a China, alguns passos foram adotados, como a autorização para empresas domésticas e estrangeiras de comprar e vender sua moeda para fins comerciais, a implantação de mais de 25 centros *offshore* da moeda chinesa, além de acordos de swap de moedas com 39 países. No final de 2018, de todos os acordos de swap fechados, somente dois não haviam sido renovados: Brasil e Uzbequistão. Brasil e China assinaram o acordo em 2013 e não renovaram no seu vencimento em 2016. Dos 25 centros financeiros instalados ao redor do mundo, alguns deles estão localizados na América do Sul: Chile e Argentina.

Adicionalmente outras medidas foram adotadas pela China na internacionalização da sua moeda. Além da autorização para emissão de títulos em renminbi no mercado doméstico, chamados de “Panda Bonds”, a China, em conjunto com a autoridade monetária de Hong Kong, autorizou as empresas chinesas e estrangeiras a emitir títulos no mercado *offshore*, chamados de “Dim Sum Bonds”. O volume emitido em 2017 alcançou cerca de RMB 212,4 bilhões somente em Hong Kong. Em Londres, por exemplo, esse volume era de RMB 33, 71 bilhões no final de setembro de 2018.



“O renminbi é um excelente exemplo de uma moeda que está sendo cada vez mais usada em transações internacionais, embora a China mantenha os fluxos de capital restritos.”

Da mesma forma, a China autorizou o uso de renminbi pelas empresas chinesas para investimentos externos diretos (FDI) e pelos investidores estrangeiros - através da emissão de títulos nos mercados *offshore* - a investir na China (ODI). Alguns países como Portugal e Austrália já emitiram títulos no mercado chinês.

Outro dado que pode ser incorporado a essa análise é o volume de empréstimos em renminbi nos principais centros financeiros: em Londres, por exemplo, o volume de empréstimos alcançou RMB 56 bilhões em setembro de 2018. Para dar liquidez a sua moeda, o governo chinês também tem emitido títulos no mercado de Hong Kong e Londres.

Outra medida para promover o uso do renminbi como meio de troca foi o fechamento de acordos de livre comércio com vários blocos e países ao redor do mundo. O quadro abaixo mostra a lista de acordos comerciais que a China tem negociado com o mundo:

TABELA 2 - CHINA: ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO

Acordos Bilaterais	Acordos em Negociação	Acordos em Consideração	Acordos Preferenciais
ASEAN*	RCEP – Regional Comprehensive Economic Partnership **	Colômbia	Asian-Pacific Trade Agreement
Austrália		Ilhas Fiji	
Coreia do Sul		Papua Nova Guiné	
Chile		Canadá	
Cingapura		Mongólia	
Costa Rica		Japão e Coreia	
Geórgia		Sri Lanka	
Islândia		Israel	
Maldivas		Noruega	
Nova Zelândia		Panamá	
Paquistão	Ilhas Maurício		
Peru			
Suíça			
Hong Kong SAR			
Macau SAR			

* Bloco Econômico

** RCEP – Composto por 16 países: bloco Asean + Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Índia

*** Composto por cinco países: Arábia Saudita, Emirados Árabes, Kuwait, Oman e Bahrein

FONTE: MFCOM – MINISTRY OF COMMERCE – CHINA – 2018

Somado a isso, iniciativas políticas como o lançamento do projeto da nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative - BRI*) e do Banco de Investimento em Infraestrutura, que juntos já têm cerca de 100 países signatários, auxiliam no projeto de internacionalização da moeda.

Em consonância com tais iniciativas, a China tem incentivado suas empresas a se internacionalizarem (*going global*), por meio de investimentos em diversos países, notadamente aqueles situados no foco do BRI ou onde a China tem grande dependência da importação de recursos naturais. Esse é um passo importante no processo de internacionalização da moeda, pois muitos investimentos têm o suporte dos

bancos chineses de fomento com acordos de utilização dessas linhas de crédito para compras de mercadorias e serviços da China.

Diante dessa situação, seria o caso de o Brasil avançar nas relações com a China, analisando a possibilidade do uso da moeda chinesa pelas empresas brasileiras nas transações de comércio e investimento com o país asiático. Assim como já adotado por diversos países, o uso da moeda chinesa poderia aumentar o volume de comércio e investimentos, seja através da exportação de produtos ou na atração de investimentos, sem a necessidade da utilização do dólar ou euro como moeda intermediária. Essa medida certamente expandiria consideravelmente o escopo dos negócios com a China, além da pauta de exportação, junto com a redução dos custos de transações. Hoje, nosso Banco Central tem cerca de 90% das suas reservas internacionais em dólar e 5% em euro. Não seria o momento de se pensar na participação dos investimentos na moeda chinesa, mesmo com pequeno percentual de início?

Recentemente o jornal *Global Times* da China destacou que a “gigante brasileira de mineração Vale assinou contrato com siderúrgica chinesa Yongfeng para venda de minério de ferro baseado no mercado futuro de minério de ferro na *Dalian Commodity Exchange*, se tornando a primeira mineradora estrangeira a diversificar suas vendas de minério de ferro com base nos preços futuros em renminbi”, segundo informações da bolsa chinesa. É um primeiro passo.

Enquanto ficarmos discutindo essa parceria somente olhando o volume exportado pelo Brasil, sem o conhecimento profundo da economia chinesa e sem estabelecer estratégias de médio e longo prazos e sobre a forma de se fazer negócios, o Brasil tende a ser somente um grande exportador de *commodities*. E não por culpa da China. Para isso é preciso entender realmente o que significa socialismo com características chinesas e como funciona o capitalismo de estado chinês.



Foto: Divulgação

“O uso da moeda chinesa poderia aumentar o volume de comércio e investimentos [...] sem a necessidade da utilização do dólar ou euro como moeda intermediária. Essa medida certamente expandiria consideravelmente o escopo dos negócios com a China [...], junto com a redução dos custos de transações.”

Banco Asiático de Infraestrutura em Investimento: nova fonte de financiamento em infraestrutura

Por **Talita de Mello Pinotti***

Em outubro de 2013, durante uma viagem presidencial à Indonésia, Xi Jinping mencionou pela primeira vez a ideia de lançar um banco voltado a investimentos em infraestrutura para a Ásia. Os fundos deveriam ser usados para a ampliação da conectividade e integração regional, com ênfase nos países em desenvolvimento¹. A partir daí, o processo de estruturação da nova instituição foi rápido: em 2014, 22 países assinaram um Memorando de Entendimento assumindo o compromisso de participação e dando início ao processo de negociação das regras que guiariam o banco; e, em 2015, entrou em vigor o Acordo de criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (no inglês, *Asian Infrastructure Investment Bank – AIIB*), com 57 Estados interessados.

Logo em janeiro de 2016, o AIIB declarou estar aberto para operações em uma pomposa cerimônia em Pequim. O início das atividades do banco veio acompanhado de uma série de questionamentos e incertezas em relação

à sua natureza: enquanto alguns viam no AIIB um concorrente às instituições montadas ainda em Bretton Woods, outros o classificavam como uma inovação necessária em meio a crescente demanda global por investimentos em infraestrutura. Apesar de ser cedo para análises mais profundas sobre o banco, é interessante olharmos mais de perto sua organização e atividade até o momento.

O AIIB e seus primeiros anos de funcionamento

Apesar de ter sido proposto pela China, o AIIB não deve ser considerado um banco chinês de desenvolvimento, mas sim um *banco multilateral de desenvolvimento*. A instituição reúne atualmente 75 Estados membros e 25 prospectivos, e dedica-se a financiar projetos, cujo objetivo principal é a promoção do desenvolvimento.

Os membros do AIIB² se dividem em dois grupos, os regionais e os não-regionais: enquanto a primeira categoria é aberta a países do leste asiático, sudeste asiático,



Apesar de ter sido proposto pela China, o AIIB não deve ser considerado um banco chinês de desenvolvimento, mas sim um banco multilateral de desenvolvimento.”

* Talita de Mello Pinotti é Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (UNICAMP), diretora do Centro de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais da FACAMP (CERI-FACAMP) e Professora de Relações Internacionais na FACAMP.

1. “China proposes an Asian Infrastructure Investment Bank”. China Daily, 03 de outubro de 2013. Disponível em: <chinadaily.com.cn/china/2013-10/03/content_17007977.htm>. Acesso em 17.out.2019.

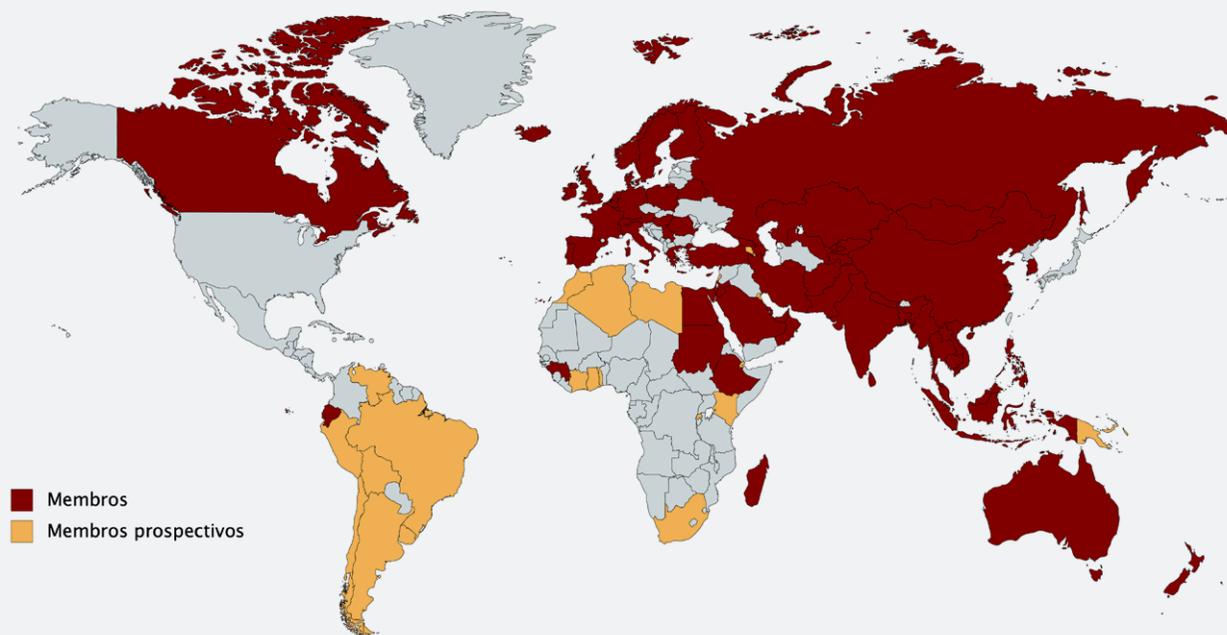
2. O requisito para associação é que o país seja membro do Banco Mundial ou do Banco Asiático de Desenvolvimento.

Ásia central e Oceania; a segunda é composta por países que não pertencem à Ásia. Por enquanto, entre os não-regionais estão principalmente países europeus, como a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Holanda e a Dinamarca. Na lista de membros prospectivos estão principalmente países africanos e latino-americanos. É interessante destacar duas ausências, Japão e Estados Unidos, que não apenas são as únicas economias do G-7 de fora, como têm participação de destaque em outros bancos de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, do inglês *Asian Development Bank*). Apesar de os japoneses terem acenado de forma mais positiva a uma possível participação no banco, condicionada a apresentação de resultados pela instituição, os estadunidenses ainda permanecem distantes da proposta.

O AIIB conta com fundos robustos para um banco recém-criado: seu capital autorizado é de US\$ 100 bilhões, sendo 20% desse valor de capital realizado e 80% de capital exigível. Tais fundos são compostos principalmente pela contribuição dos membros: cada um faz uma contribuição específica de capital que dá direito a uma quantidade proporcional de ações e determina o poder de voto do país no banco. Para evitar a concentração do poder de decisão fora da Ásia, uma das condições do AIIB é que para qualquer que seja o capital autorizado do banco, os membros regionais respondam por no mínimo 75% do total. Por hora, os maiores contribuintes e suas respectivas parcelas no capital total são China (33%), Índia (9%), Rússia (7%) e Alemanha (5%).

Em termos de fundos disponíveis para financiamento imediato, o AIIB já alcançou praticamente todo seu capital realizado, tendo cerca de US\$ 19,4 bilhões integralizados. Segundo o Acordo de fundação do banco, tais recursos poderão ser alocados em financiamento para Estados membros (*sovereign-backed financing*), em fi-

FIGURA 1 - MEMBROS E MEMBROS PROSPECTIVOS DO AIIB, ATÉ NOVEMBRO DE 2019



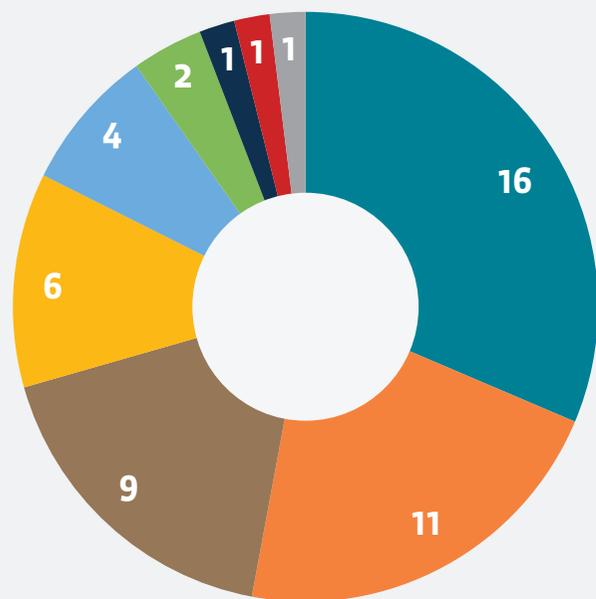
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DO WEBSITE OFICIAL DO ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK.

nanciamento para empresas privadas, entidades do setor público ou outras unidades administrativas dos membros (*nonsovereign-backed financing*), ou em empresas públicas ou privadas (*equity*)³. As áreas prioritárias para investimento são três: infraestrutura sustentável, conectividade transnacional e mobilização de capital privado. Até o momento, o AIIB já tem 52 projetos aprovados, sendo que 25 foram integralmente financiados pelo banco e os demais por parcerias entre a instituição asiática e outros bancos multilaterais de desenvolvimento.

Os projetos financiados até o momento se concentram na Ásia, sendo apenas 2 fora da região – ambos no Egito. Das áreas temáticas, fica clara a concentração dos recursos em duas: energia, com 16 projetos, e transportes, com 11 projetos (Gráfico 1). Entre os projetos da primeira área, destacam-se os voltados a energias renováveis e a melhorias nos sistemas de distribuição. Já os projetos de transporte são mais variados e vão desde a construção de estradas rurais até a revitalização de terminais urbanos e redes de metrô.

3. *Articles of Agreement*, Asian Infrastructure Investment Bank, 29 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/about-aiib/basic-documents/_download/articles-of-agreement/basic_document_english-bank_articles_of_agreement.pdf>. Acesso em 17.nov.2019.

GRÁFICO 1 - PROJETOS FINANCIADOS PELO AIIB POR ÁREA



- Energia
- Transporte
- Financiamento
- Saneamento
- Multi-setoriais
- Planejamento Urbano
- Infraestrutura digital
- Telecomunicações
- Outros

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DO WEBSITE OFICIAL DO ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK.

Um novo concorrente para os bancos multilaterais de desenvolvimento?

A criação do AIIB gerou desconforto entre os americanos, que viram na nova instituição um concorrente direto ao principal financiador do desenvolvimento internacional, o Banco Mundial, criado ainda em 1944 sob especial influência estadunidense. Apesar de ter chegado a expressar a oposição ao banco no início do projeto, os Estados Unidos revisaram sua posição e passaram a defender que o AIIB trabalhasse com outros bancos multilaterais de desenvolvimento para evitar “baixos padrões de fiscalização e investimento” e o deslocamento do investimento de instituições já existentes⁴.

Entretanto, uma observação mais detalhada do quadro mundial do financiamento em infraestrutura revela condições favoráveis ao surgimento de novos atores no setor. Segundo a McKinsey, a demanda por tal investimento supera muito a atual oferta: apesar de 14% do PIB mundial ser direcionado para investimentos em infraestrutura, o montante ainda é insuficiente. O estudo estimou um *gap* US\$ 5,5 trilhões entre demanda e oferta de tais recursos, no período de 2017 a 2035⁵. A escassez é maior para os investimentos em infraestrutura econômica (principalmente transporte, energia e telecomunicações), que costumam ter o maior efeito multiplicador na promoção do desenvolvimento. Além disso, há uma concentração de recursos provenientes de bancos de desenvolvimento em economias avançadas: decisiva para tal situação é a atuação do maior banco multilateral de desenvolvimento, o Banco de Investimento Europeu, que concentra seus investimentos na Europa.

“Apesar de ter chegado a expressar a oposição ao banco no início do projeto, os Estados Unidos revisaram sua posição e passaram a defender que o AIIB trabalhasse com outros bancos multilaterais de desenvolvimento para evitar ‘baixos padrões de fiscalização e investimento’ e o deslocamento do investimento de instituições já existentes.”

Entre os países em desenvolvimento, a demanda é ainda maior, criando lacunas ainda mais graves. O mesmo estudo estima que 63% da demanda mundial por investimento em infraestrutura viria de economias emergentes, sendo 54% concentrada na Ásia e 9% em outras regiões.

Tais dados reforçam a ideia de que novos bancos, como o AIIB, entrariam mais como uma complementação dos recursos já existentes do que uma concorrência. Nesse contexto, um banco de desenvolvimento focado em infraestrutura e voltado aos países em desenvolvimento é capaz de trazer oferta adicional de recursos para o setor, ao mesmo tempo em que concentra o investimento no nicho com maiores *gaps* nesse tipo de financiamento.

4. Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB). Martin Weiss (CRS Report, 2017).

5. *Bridging infrastructure gaps: has the world made progress?* Joan Woetzel et al. (McKinsey Global Institute, 2017). Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/bridging-infrastructure-gaps-has-the-world-made-progress?>>. Acesso em: 18.nov.2019.

“A entrada de mais países da América Latina no AIIB garantiria o acesso a uma importante fonte de investimentos para a região, o que facilitaria o planejamento e a execução de políticas voltadas ao desenvolvimento econômico.”

América Latina e AIIB: uma parceria possível?

O déficit de investimento em infraestrutura tem sido há décadas um dos maiores obstáculos para o crescimento latino-americano. Projetos de integração e acordos comerciais, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), enfrentam o desafio de ampliar os fluxos comerciais em uma região com baixo grau de conectividade física. Entre os vários motivos, destacam-se a falta de planejamento econômico e a limitada capacidade dos países da região de efetivar investimentos de longo prazo. Por exemplo, duas economias de destaque, Brasil e México, apresentam lacunas consideráveis de financiamento em infraestrutura: segundo a McKinsey, enquanto os brasileiros terão um gap de US\$ 20 trilhões, entre 2017 e 2035, a lacuna mexicana será de aproximadamente US\$ 23 trilhões para o mesmo período. Apesar dos bancos multilaterais de desenvolvimento não serem os únicos financiadores de infraestrutura, eles têm contribuição importante para o setor. Nesse sentido, a ade-

são da América Latina a instituições como o AIIB parece ser positiva.

Contudo, apenas o Equador ratificou sua associação ao banco asiático até o momento. Na lista de membros prospectivos estão Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela, mas nenhum deles conseguiu realizar a subscrição de capital necessária para a efetivação da participação no AIIB. Um dos elementos que dificulta a adesão é a crise econômica e política enfrentada pela região: argentinos e chilenos, por exemplo, deveriam ser os primeiros a completar o processo, mas foram prejudicados pelas instabilidades nacionais. Já a Bolívia, com a crise política, teve as chances de uma ratificação no médio-prazo para adesão ao banco praticamente anuladas.

No caso do Brasil, o país assinou o acordo de criação do banco em 2015 e será considerado um membro fundador da instituição, depois de completar a subscrição de capital relacionada à sua participação. Inicialmente, a contribuição brasileira seria de aproximadamente US\$ 3 bilhões, um valor proporcionalmente alto que colocaria o país entre os maiores contribuintes da instituição. Contudo, de acordo com informações do governo, “limitações fiscais obrigaram a reavaliação da participação brasileira”, que foi reduzida para US\$ 5 milhões⁶. Por três vezes o Brasil já solicitou o adiamento do prazo para a transferência de recursos. No momento, a ratificação da participação está em trâmite na Câmara dos Deputados, sob o Projeto de Decreto Legislativo 1158/18, dependendo da deliberação no plenário.

6. Projeto ratifica a participação do Brasil no Banco Asiático de Infraestrutura em investimento (Câmara dos Deputados, 28 de janeiro de 2019). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/551050-PROJETO-RATIFICA-PARTICIPACAO-DO-BRASIL-NO-BANCO-ASIATICO-DE-INVESTIMENTO-EM-INFRAESTRUTURA>>. Acesso em: 19.nov.2019.

7. Banco asiático aguarda aval para a entrada no país, Marcos Moura e Souza (Valor Econômico, 08 de novembro de 2019). Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/08/banco-asiatico-aguarda-aval-para-atuar-no-pais.ghtml>>. Acesso em 20/nov.2019.

Por parte do AIIB, o interesse na inclusão da América Latina existe. Em 2017, a instituição asiática fechou uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, assumindo o compromisso de financiar países da região com graves déficits de infraestrutura. Em entrevista recente dada ao Valor Econômico por um dos vice-presidentes do AIIB, Joachim Von Amsberg, a disposição do AIIB em financiar projetos de infraestrutura na região foi reforçada, indicando que o investimento imediato de recursos é possível, desde que haja a ratificação da participação do Brasil⁷.

A entrada de mais países da América Latina no AIIB garantiria o acesso a uma importante fonte de investimentos para a região, o que facilitaria o planejamento e a execução de políticas voltadas ao desenvolvimento econômico. Além disso, a adesão aproximaria os latino-americanos de projetos em que o AIIB tem importante liderança no financiamento, como a *Belt and Road Initiative*. No entanto, o fato é que com ou sem a participação latina, o AIIB será um ator essencial na oferta de recursos para infraestrutura e sua atuação apresentará impactos diretos e indiretos para a nossa região.

Update comercial: Janeiro-Novembro de 2019¹



Por **Tulio Cariello**,
Coordenador de
Análise e Pesquisa
do CEBC



Juliana Nadalutti,
Estagiária do CEBC

BALANÇA COMERCIAL

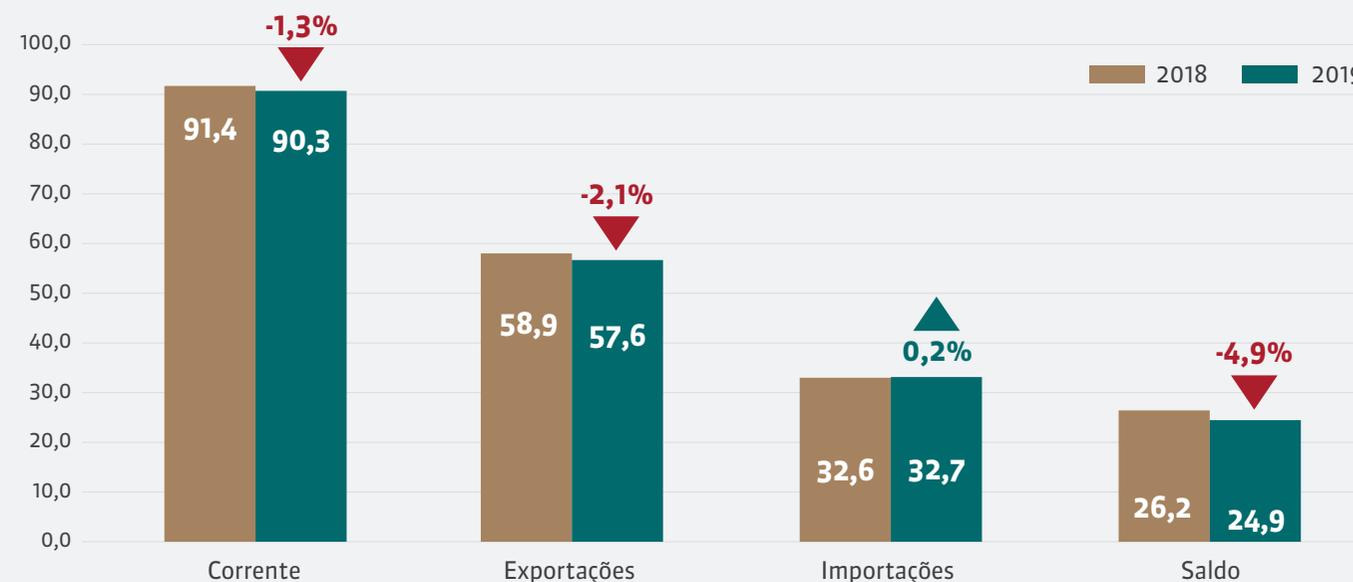
De acordo com dados do Ministério da Economia, a corrente comercial entre Brasil e China no período de janeiro a novembro de 2019 somou aproximadamente US\$ 90,2 bilhões, indicando queda de 1,3% em relação a igual período do ano anterior.

As exportações para o país asiático entre janeiro e novembro de 2019 chegaram a US\$ 57,6 bilhões, representando uma variação negativa de 2,1% em relação aos meses de janeiro a novembro de 2018.

As importações apresentaram crescimento marginal de 0,2%, tendo atingido valor aproximado de US\$ 32,7 bilhões.

O saldo comercial foi favorável ao Brasil em US\$ 24,95 bilhões, ainda que esse valor seja 4,9% inferior ao saldo verificado nos onze primeiros meses de 2018.

GRÁFICO 1 - COMÉRCIO BRASIL-CHINA: JANEIRO-NOVEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO A JANEIRO-NOVEMBRO DE 2018 (US\$ BILHÕES)



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBC

1. Os números de exportações, importações, saldo, corrente comercial e cálculos percentuais podem apresentar leves alterações devido a arredondamento de valores.

QUADRO 1 - BALANÇA COMERCIAL: JANEIRO-NOVEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO A JANEIRO-NOVEMBRO DE 2018 (US\$ MILHÕES)

	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			SALDO			CORRENTE		
	2018	2019	Var. %	2018	2019	Var. %	2018	2019	Var. %	2018	2019	Var. %
Janeiro	3.119	3.858	24%	2.774	5.086	83%	345	-1.228	-456%	5.893	8.944	52%
Fevereiro	3.263	4.201	29%	2.422	2.617	8%	841	1.584	88%	5.685	6.818	20%
Março	5.529	5.372	-3%	2.577	2.525	-2%	2.952	2.847	-4%	8.105	7.897	-3%
Abril	5.633	5.703	1%	2.299	2.559	11%	3.334	3.144	-6%	7.931	8.261	4%
Mai	6.679	5.690	-15%	2.293	2.681	17%	4.387	3.009	-31%	8.972	8.372	-7%
Junho	5.825	5.476	-6%	2.598	2.505	-4%	3.227	2.971	-8%	8.424	7.981	-5%
Julho	6.616	5.727	-13%	4.323	2.819	-35%	2.293	2.908	27%	10.939	8.545	-22%
Agosto	5.838	5.381	-8%	4.999	2.945	-41%	839	2.437	191%	10.837	8.326	-23%
Setembro	4.922	5.292	8%	2.502	2.907	16%	2.421	2.384	-1%	7.424	8.199	10%
Outubro	5.777	5.865	2%	3.075	3.435	12%	2.702	2.430	-10%	8.852	9.300	5%
Novembro	5.638	5.056	-10%	2.728	2.583	-5%	2.910	2.473	-15%	8.366	7.639	-9%
Acumulado	58.840	57.621	-2,1%	32.589	32.662	0,2%	26.251	24.959	-4,9%	91.429	90.283	-1,3%

FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBC

nhou a tendência de queda e fechou o período com resultado 14% menor.

Os embarques de minérios de ferro e seus concentrados apresentaram variação negativa de 8% em termos quantitativos e crescimento de 21% em termos de valor, representando o montante de US\$ 12,1 bilhões.

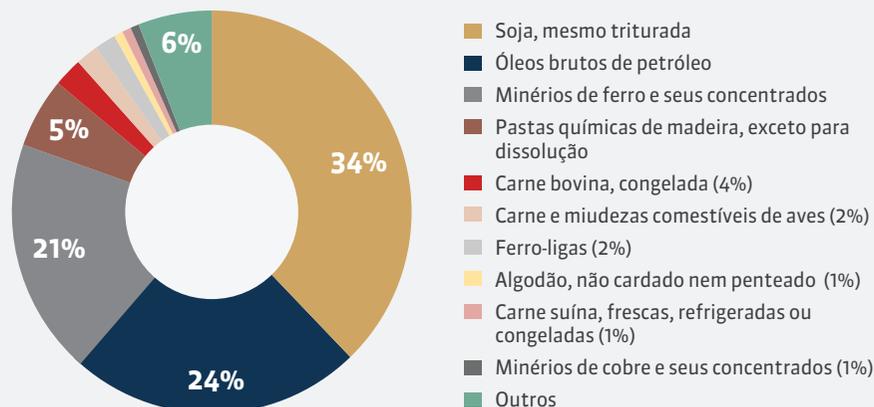
As vendas de óleos brutos de petróleo tiveram crescimento de 15% em termos de volume, com a soma das exportações do setor totalizando US\$ 13,5 bilhões, valor 4% maior do que o verificado no mesmo período do ano anterior. Dos três principais produtos vendidos à China, o setor de petróleo foi o único a apresentar crescimento em termos de valor e quantidade.

PAUTA DE EXPORTAÇÃO

Como esperado, a pauta de exportação do Brasil para a China teve alta concentração de commodities em sua composição, com destaque para os embarques de soja, petróleo e minério de ferro, que representaram 79% das vendas ao país asiático.

Dentre os principais produtos da pauta, a soja foi o item mais exportado, tendo atingido vendas de US\$ 19,6 bilhões, ainda que esse valor seja 24% menor do que o verificado no mesmo período de 2018. Da mesma forma, em análise por toneladas exportadas, a oleaginosa acompa-

GRÁFICO 2 - CONCENTRAÇÃO DE PRODUTOS NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DO BRASIL PARA A CHINA (JANEIRO-NOVEMBRO DE 2019)



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBC



QUADRO 1 - PAUTA DE EXPORTAÇÃO

JANEIRO-NOVEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO A JANEIRO-NOVEMBRO DE 2018

EXPORTAÇÕES	2018		2019		Var. (%) US\$	Var. (%) Ton (mil)	Participação na pauta em 2019 (US\$)
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	US\$ (milhões)	Ton (mil)			
Soja, mesmo triturada	25.719	64.623	19.586	55.421	-24%	-14%	34%
Óleos brutos de petróleo	13.114	28.911	13.598	33.182	4%	15%	24%
Minérios de ferro e seus concentrados	9.994	207.474	12.120	190.625	21%	-8%	21%
Pastas químicas de madeira, exceto para dissolução	2.828	5.336	2.881	5.922	2%	11%	5%
Carne bovina, congelada	1.359	294	2.171	410	60%	40%	4%
Carne e miudezas comestíveis de aves	735	402	1.073	513	46%	28%	2%
Ferro-ligas	782	75,6	1.053	96	35%	28%	2%
Algodão, não cardado nem penteado	288,2	166,99	621	378	115%	126%	1%
Carne suína, frescas, refrigeradas ou congeladas	282,7	145,5	520	217	84%	49%	1%
Minérios de cobre e seus concentrados	202,5	115,6	393	243	94%	110%	1%
Outros	3.535	7.870	3.604	9.737	2%	24%	6%

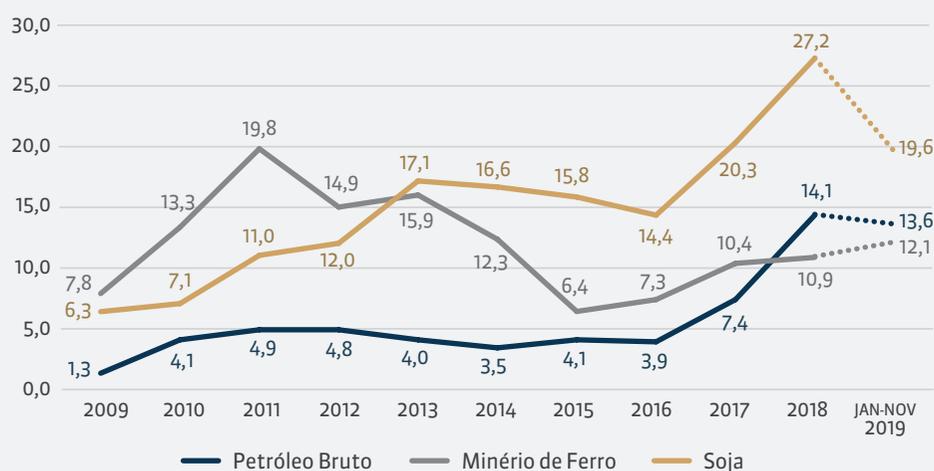
FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBC

Evolução dos principais produtos da pauta exportadora

Como pode ser observado no gráfico 3, na última década houve oscilações no posicionamento dos três principais produtos da pauta de exportações do Brasil para a China: soja, minério de ferro e petróleo. Até 2012, o minério de ferro liderava as vendas, tendo sido ultrapassado em 2013 pelas exportações de soja, que até hoje dominam a cesta de produtos embarcados ao país asiático.

Também é notável que, a partir de 2015, minério de ferro e óleos brutos de petróleo têm apresentado menor diferença em termos de participação na pauta, particularmente devido ao aumento do valor das

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A CHINA: SOJA, MINÉRIO DE FERRO E ÓLEOS BRUTOS DE PETRÓLEO (US\$ MILHÕES)



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBC

vendas de petróleo, ao mesmo tempo em que as exportações de minério de ferro seguem com crescimento percentual comparativamente mais modesto, incluindo eventuais quedas no valor exportado.

Exportações de proteína animal: efeitos da Peste Suína Africana e da disputa comercial EUA-China

De acordo com dados do Ministério da Economia, na última década houve crescimento considerável nas exportações de carnes do Brasil para a China. Em 2010, somando carnes bovina, suína e de aves, as vendas chegavam a US\$ 225 milhões. Entre janeiro e novembro de 2019, os três produtos somaram US\$ 3,8 bilhões, marcando exponencial crescimento de 1576%.

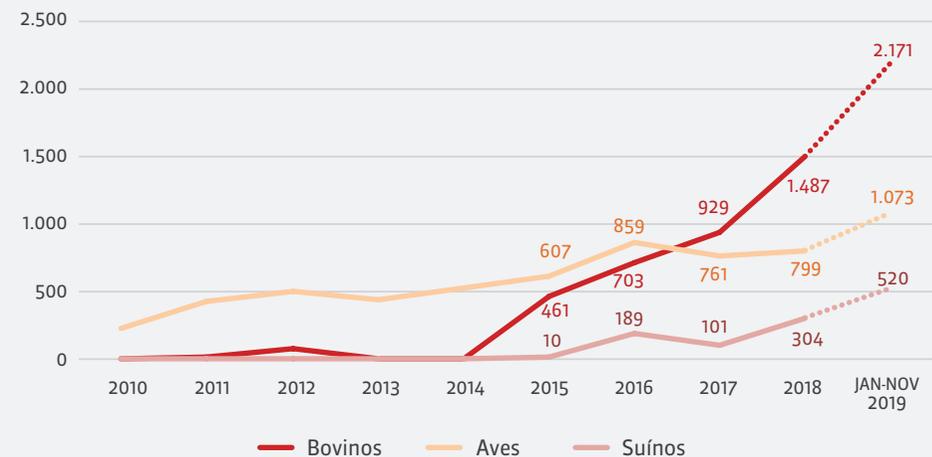
Alguns fatores foram relevantes para a formação desse quadro, com destaque para a reabertura do mercado chinês para produtos brasileiros – como no caso da carne bovina, cujas vendas foram reestabelecidas entre 2014 e 2015, e da autorização de novas plantas habilitadas a exportar proteína animal para a China. De acordo com informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), somente em 2019 foram habilitados 38 novos estabelecimentos, sendo 22 de carne bovina, nove de carne de aves, seis de suínos e um de asininos. Somados aos que já eram autorizados, o Brasil conta atualmente com 102 estabelecimentos habilitados a exportar carnes para a China.

A despeito dos citados acontecimentos, o que de fato tem contribuído para esse salto nas exportações, particularmente a partir de 2017, tem relação com fatores externos que vêm alterando a dinâmica do comércio internacional.

A disputa comercial entre EUA e China tem favorecido largamente o setor de carnes no Brasil, tendo em vista os deslocamentos de mercado causados pelas sobretaxas mútuas praticadas pelas duas maiores economias do mundo. Antes mesmo da eclosão do conflito comercial, o Brasil já estava bem posicionado para atender a demanda chinesa, tendo em vista que já era um dos principais concorrentes dos EUA no mercado internacional de proteína animal.

Além disso, a epidemia de peste suína africana na China, que vem dizimando as criações de porcos no país asiático, tem exercido forte impacto no mercado global de proteína animal. Informações compiladas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) indicam que na China, entre agosto de 2018 e novembro de 2019, foram reportados oficialmente 163 surtos de peste suína africana em 32 províncias, regiões autônomas, municipalidades e regiões administrativas especiais do país. Além disso, a epidemia também já afeta nações vizinhas, incluindo Mongólia, Vietnã, Camboja, Coreia do Norte, Laos, Mianmar, Filipinas, Coreia do Sul e Timor Leste¹.

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A CHINA NO SETOR DE PROTEÍNA ANIMAL (US\$ MILHÕES)



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBC

PAUTA DE IMPORTAÇÃO

As importações brasileiras de produtos oriundos da China entre os meses de janeiro e novembro de 2019 tiveram concentração nos setores de materiais elétricos, instrumentos mecânicos e produtos químicos, que representaram 53% da pauta.

As compras no segmento de aparelhos e materiais elétricos indicaram crescimento de 11% em termos de valor e 29% em

1. ASF situation in Asia update. FAO. Disponível em: http://www.fao.org/ag/againfo/programmes/en/em-pres/ASF/situation_update.html

QUADRO 2 - PAUTA DE IMPORTAÇÃO: JANEIRO-NOVEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO A JANEIRO-NOVEMBRO DE 2018

IMPORTAÇÕES	2018		2019		Var. (%) US\$	Var. (%) Ton (mil)
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	US\$ (milhões)	Ton (mil)		
Aparelhos, materiais elétricos e partes	8.865	642	9.820	826	11%	29%
Máquinas, instrumentos mecânicos e partes	4.379	568	4.583	633	5%	11%
Produtos químicos orgânicos	2.624	491	2.777	572	6%	17%
Embarcações e estruturas flutuantes	3.689	182	2.115	133	-43%	-27%
Veículos automóveis e partes	981	230	1.038	238	6%	4%
Plásticos e suas obras	929	330	949	367	2%	11%
Instrumentos de óptica, controle, medida ou precisão	776	33	798	36	3%	11%
Filamentos sintéticos ou artificiais	634	238	714	305	13%	28%
Ferro fundido, ferro e aço	717	837	679	835	-5%	-0,2%
Produtos diversos das indústrias químicas	560	118	673	160	20%	36%
Outros	8.435	5.682	8.515	6.011	1%	6%

FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBC

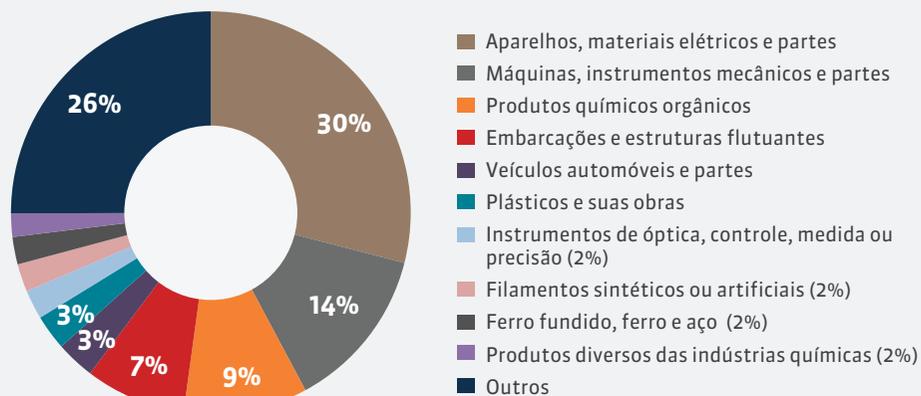
termos quantitativos, tendo somado o montante de cerca de US\$ 9,8 bilhões.

O setor de máquinas e instrumentos mecânicos indicou crescimento de 5% em termos de valor, tendo somado US\$ 4,5 bilhões nos onze primeiros meses de 2019. Em termos quantitativos, o aumento foi de 11%.

As importações de produtos químicos orgânicos, o terceiro segmento mais importando no período em questão, teve aumento de 6% em termos de valor e de 17% em termos quantitativos.

Dos dez principais produtos importados, apenas embarcações e estruturas flutuantes (SH89) e ferro fundido, ferro e aço (SH73) apresentaram quedas, respectivamente, de 43% e 5%, em termos de valor.

GRÁFICO 5 - CONCENTRAÇÃO DE PRODUTOS NA PAUTA DE IMPORTAÇÃO DO BRASIL COM ORIGEM NA CHINA (JANEIRO-NOVEMBRO DE 2019)



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (COMEX STAT) | ELABORAÇÃO: CEBC



ASSOCIADOS DA
SEÇÃO BRASILEIRA

